



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
VEREADOR EDWILSON NEGREIROS

EDWILSON
NEGREIROS
O VEREADOR DO POVO

PROJETO DE LEI Nº _____/GVEDWN/CMPV/2021

PROTÓCOLO
Divisão das Comissões
Proj. de Lei nº 4238/2021
Proj. de Lei Complementar nº _____
Resolução _____
Decreto Legislativo _____
Emenda _____
Data 18/08/21 Horário 13:40

Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo Municipal em verificar junto ao Conselho Regional de Medicina de Rondônia (CREMERO) a regularidade dos profissionais médicos registrados em outra jurisdição que atuarem na saúde pública do Município de Porto Velho e dá outras providências.

O PREFEITO DE MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso IV do artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica obrigado o Poder Executivo a verificar junto ao Conselho Regional de Medicina de Rondônia (CREMERO) a regularidade dos profissionais médicos registrados em outras jurisdições e que atuam na saúde pública do Município de Porto Velho.


Art. 2º Para os efeitos desta Lei a verificação das regularidades profissionais junto ao CREMERO deve considerar:

I – a contratação de profissionais médicos registrados em outras jurisdições, em caráter emergencial, para suprirem necessidades urgentes de pessoal no âmbito da saúde pública do Município de Porto Velho;

II – a contratação de profissionais médicos registrados em outras jurisdições, aprovados em concursos público realizado pelo Município de Porto Velho, para atuarem na saúde pública do Município de Porto Velho;

III – a contratação de profissionais médicos registrados em outras jurisdições por meio de convênios de saúde com o Município de Porto Velho, atuando no âmbito do Município, para atenderem os servidores públicos municipais e seus dependentes.

Parágrafo único. Para os profissionais médicos registrados em outras jurisdições e que venham a exercer a Medicina temporariamente e a período inferior a noventa dias, o Município de Porto Velho deverá observar o disposto no artigo 1º da Resolução CFM nº 1.948, de 10 de junho de 2010.


Edwilson Negreiros
Vereador Presidente
Câmara Municipal de Porto Velho



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
VEREADOR EDWILSON NEGREIROS



Art. 3º Caso o Conselho Regional de Medicina de Rondônia relate que o profissional médico verificado está irregular junto à instituição, deverá o Município de Porto Velho notificar o profissional para este proceda a sua regularização no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de:

I – suspensão do contrato junto ao Poder Público Municipal, caso este tenha sido formalizado em caráter emergencial, até que o profissional esteja devidamente regularizado junto ao CREMERO;

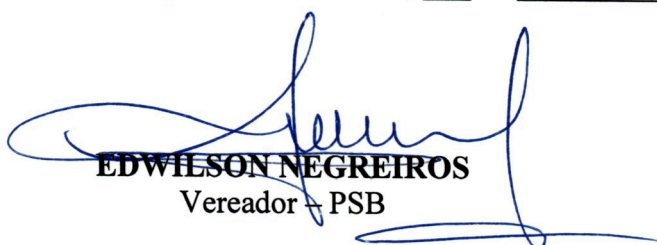
II – rescisão do contrato junto ao Poder Público Municipal, caso este tenha sido formalizado em caráter emergencial.

Parágrafo único. Caso o profissional médico tenha sido contratado em face de concurso público, deverá ser observado o que estiver estabelecido em lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Porto Velho, ____ de _____ de 2021.


EDWILSON NEGREIROS
Vereador – PSB



JUSTIFICATIVA

Em várias áreas do mercado de trabalho há personagens que procuram atuar de forma irregular, às margens do que se estabelecem os devidos regimentos legais. Profissionais não regularizados e não-profissionais atuando na ilegalidade sempre irão representar perigo aos cidadãos; especialmente aqueles que atuam em áreas cruciais, como saúde, educação, alimentação e construção civil, entre outros.

No caso da saúde, a ação de profissionais que se apresentam como médicos, muitas vezes são acadêmicos que ainda não concluíram seus cursos ou pessoas que se travestem desses profissionais e atuam às margens da lei, o que provoca um sério risco à população. Estes “pseudomédicos” conseguem contratos junto à Administração Pública e passam a atuar sem que haja uma fiscalização sobre sua regularização.

Em face do exposto e após estas considerações finais, Nobres Edis, este legislador se manifesta com o único intuito de beneficiar a população em respeito à condição humana, requerendo o apoio a este projeto de lei aqui apresentado.

Câmara Municipal de Porto Velho, ____ de ____ de 2021.


FRANCISCO EDWILSON BESSA HOLANDA DE NEGREIROS
Vereador – PSB